

# Reforma fiscal ainda em debate

Arquivo. 5/10/87

A investida do Governo Federal contra a aprovação da reforma tributária embutida na futura Constituição é uma reação "mesquinha, fisiológica e maquiavélica". O comentário partiu do ex-ministro Francisco Dornelles, reforçado pelos tributaristas José Serra e Virgílio Guimarães. O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, frisou que o problema "é menos de recursos e mais pela perda do poder político" ao garantir que o País será governável com a descentralização e a regionalização dos recursos tributários.

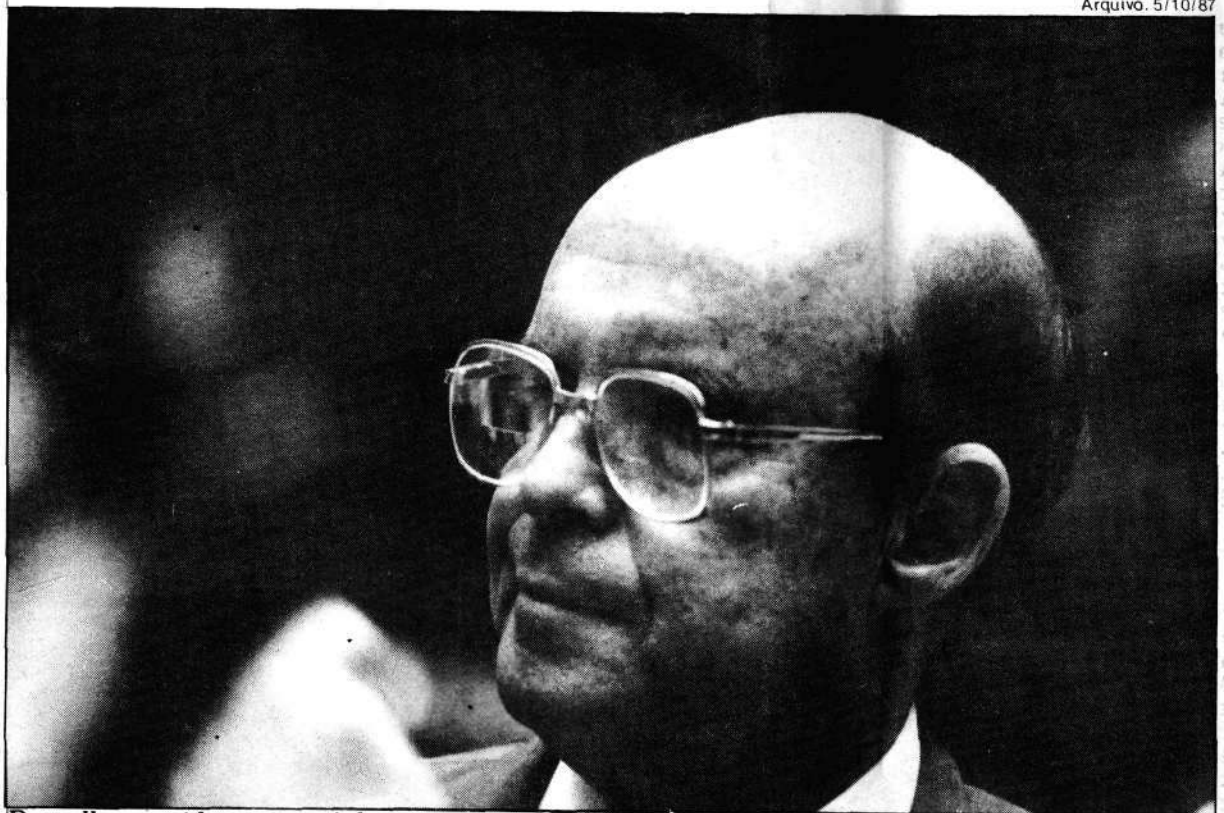
O capítulo tributário que a Constituinte começou a votar na semana passada, e que será retomado hoje, provocou inúmeras reações e protestos do Palácio do Planalto.

Para o deputado José Serra (PMDB-SP), a transferência para os governos estaduais e municipais de "um significativo pedaço das verbas até então geridas pelo Governo Federal" inaugura um novo relacionamento entre prefeitos, governadores e o Presidente da República. "O critério e o fisiologismo estão com seus dias contados", avisou o constituinte, ao prever o enfraquecimento da relação de dependência entre o poder central, estados e municípios.

## Modernização

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) garante que o novo sistema tributário irá gerar uma descentralização política, que forçará a União a promover um amplo programa de desestatização, de redistribuição da renda e de modernização da máquina arrecadadora do Estado. "A União não quer transferir poder aos estados, porque faz parte de uma concepção centralista de Federação" comentou o constituinte.

Para o deputado Bernardo Cabral, o Governo reclama não por uma eventual redução na sua receita tributária, "mas pela perda do poder político que detém e utiliza atualmente sobre prefeitos, governadores e até parlamentares". Cabral defendeu a reforma, que foi anteriormente aprovada na subcomissão, na comissão temática e na Sistematização, que segundo ele, teve o cuidado de retirar do Executivo o poder político que hoje exerce sobre estados e municípios.



Dornelles considera mesquinha a investida do Governo federal contra aprovação da reforma tributária

## Regiões definem a divisão tributária

A aprovação de dois dispositivos a serem votados hoje — a criação do adicional de 5% sobre o Imposto de Renda incidente sobre ganhos de capital e a intervenção do Senado Federal na fixação das alíquotas do ICM — será o ponto-chave para o equilíbrio entre os Estados do Norte/Nordeste e Sul/Sudeste na implantação do novo sistema tributário.

Se for rejeitado um desses dispositivos, frutos de um acordo entre representantes das regiões, haverá problemas para a aprovação da seção da repartição das receitas tributárias.

O adicional sobre o Imposto de Renda é a medida mais significativa para os estados do Sul e Sudeste, onde ocorre uma maior aplicação de capital. Eles ficarão com 70% desse adicional. Mas a medida enfrenta oposição até mesmo entre constituintes de sua região. O deputado Afif Domingos (PL-SP) entende que este adicional acabará sendo pago pelos estados pobres, porque as empresas do Sul e Sudeste repassarão essa nova taxa para os seus produtos, que são consumidos em todo o País.

Os representantes das regiões mais pobres sabem desse risco, mas salientam que serão beneficiados pelo dispositivo que prevê a intervenção do Senado Federal nas alíquotas do ICM. O deputado José Serra (PMDB-SP) queria a liberação da alíquota, hoje fixada em 17%, para todos os produtos. No projeto da Comissão de Sistematização ficou definida a intervenção do Senado — com quorum de dois terços — nas alíquotas para vendas interestaduais e nas alíquotas mínimas nas vendas internas.

## Previsão

As previsões são de que somente no final desta semana a Constituinte conclua a votação de todo o título referente ao sistema tributário, se os trabalhos forem retomados com ritmo normal após o feriado de ontem. Ainda faltam ser votadas várias emendas relativas aos três últimos capítulos, que tratam dos impostos dos municípios, repartições das receitas tributárias e ordenamento das finanças públicas. A União deverá continuar perdendo mais parcelas nessas votações.